

Às
Impugnantes,

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0710-25 - Consultoria para emissão de relatório com segunda opinião técnico-atuarial a respeito do fluxo previdenciário líquido esperado de benefícios saldados e contribuições, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Assunto: Impugnação - Resposta.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (Artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (Artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública. Pelo mesmo motivo, a binacional não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU). Inclusive, os temas já foram objeto de decisões do Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF)¹.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V. Sa, passamos a analisar vossas insurgências, que em suma, alegam:

1ª IMPUGNAÇÃO:

I) Quanto à exigência como critério de habilitação de comprovação, por parte da licitante, de registro no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária - Prestador de Serviços Atuariais (CIBA - PSA), alínea “b” subitem 1.4.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC):

Diante dos argumentos apresentados e considerando a ampla disputa do certame, a ITAIPU decide acatar o pedido da impugnante, deferindo a solicitação de retirada desta exigência como requisito de habilitação. Favor reportar-se ao Aditamento 02, publicado nesta data.

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº1/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

2ª IMPUGNAÇÃO:

I) Quanto ao profissional experiente na atividade atuarial, de nível superior - Atuário, com registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego e inscrição no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), na Categoria “Atuário Técnico” e preferencialmente no Segmento de Atuação “Previdência Complementar Fechada e Previdência Pública:

Inicialmente, é importante esclarecer que a exigência de inscrição no IBA como critério de habilitação do licitante foi retirada do CBC, conforme mencionado em item anterior desta Carta. Dessa forma, o interessado poderá participar do certame e, caso seja o vencedor, poderá contratar o profissional exigido no mercado após a adjudicação.

Além disso, é pertinente destacar a Nota 3 do item 3 da Especificação Técnica, a qual define a comprovação do vínculo entre o profissional e a proponente, abrangendo vínculos celetistas, societários e contratuais. Assim, por exemplo, a CONTRATADA poderá firmar contrato com o profissional, nos termos da legislação civil.

Quanto à necessidade de o profissional estar inscrito no IBA, essa exigência se justifica, primeiramente, pelo reconhecimento técnico e institucional conferido pelo referido órgão, que se apresenta como a principal entidade de classe técnica nacional voltada à qualificação e regulamentação da atuação atuarial. Dessa forma, a exigência de que o profissional seja associado ao IBA tem como finalidade comprovar o reconhecimento técnico institucionalizado, compatível com a complexidade do projeto objeto da licitação.

Além disso, conforme Resolução CNPC n° 30, de 10 de outubro de 2018, artigo 2°, emitida pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, serviço de avaliação atuarial é entendido como estudo técnico desenvolvido por atuário, que deverá ter registro junto ao IBA.

Ademais, o objeto da licitação consiste em revisão de fluxo previdenciário líquido esperado de benefícios saldados e contribuições, estando dentro do conceito de avaliação atuarial conceituado pela Resolução CNPC n° 30, exigindo dos participantes conhecimentos técnicos e avançados de cálculos atuariais, além de registro junto ao IBA.

Aliás, atualmente, o profissional atuário responsável pelo plano de benefícios *Caja Paraguaya de Jubilaciones y Pensiones del Personal de la Itaipú Binacional* - CAJUBI possui o referido registro junto ao IBA, portanto é razoável exigir o mesmo nível de qualificação do profissional que fará a revisão da documentação.

Por fim, o CPC 33 (R1), mencionado na primeira Impugnação, é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata dos Benefícios a Empregados. Ele

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº 2/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

estabelece as diretrizes para a contabilização e divulgação de todos os tipos de benefícios concedidos aos empregados, sejam eles de curto prazo, longo prazo ou pós-emprego, pela entidade empregadora/patrocinadora. Porém, este Pronunciamento não trata de demonstrativos elaborados diretamente pelas entidades gestoras dos planos de benefícios, pois essas não reconhecem obrigações atuariais em seus próprios balanços, apenas gerem os ativos e obrigações dos planos. Neste ponto, ressalta-se que o objeto ora licitado não é uma avaliação atuarial com base no CPC 33, mas sim “*serviços especializados de revisão e segunda opinião sobre avaliação atuarial vinculada à uma solicitação de recursos, no âmbito de um contrato de saldamento de déficit*”, apresentados pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios administrado pela *Caja Paraguaya de Jubilaciones y Pensiones del Personal de la Itaipu Binacional* - CAJUBI;

No que diz respeito a exigência de Categoria “Atuário Técnico” e preferencialmente no Segmento de Atuação “Previdência Complementar Fechada e Previdência Pública”. A ITAIPU defere o pedido da impugnante de retirada desta exigência.

No que se refere à preferência pelo enquadramento do profissional na segmentação de atuação 'Previdência Complementar Fechada e Previdência Pública', a ITAIPU mantém tal diretriz por entender que essa especialização apresenta maior aderência às exigências técnicas do objeto licitado. Ressalta-se, contudo, que se trata de uma preferência, e não de um critério restritivo à participação no certame.

II) Quanto à comprovação do registro da empresa como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária - Prestador de Serviços Atuariais (CIBA - PSA) junto ao Instituto Brasileiro de Atuária - IBA:

Pedido deferido. Com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, a ITAIPU deliberou pela exclusão da exigência de comprovação, por parte da empresa licitante, de registro como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária - Prestador de Serviços Atuariais (CIBA - PSA) junto ao Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, por entender que tal requisito não se mostra essencial à qualificação técnica exigida para a execução do objeto.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,

DANIELE TASSI SIMIONI GEMAEI
Superintendente de Compras

¹ITAIPU BINACIONAL - ALIENAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE. Não se aplica a Lei nº3/2 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. (ACO 1904, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

ITAIPU BINACIONAL - FISCALIZAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. (ACO 1905, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08-09-2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-235 DIVULG 23-09-2020 PUBLIC 24-09-2020)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/26E9-7BB7-C517-879C> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 26E9-7BB7-C517-879C



Hash do Documento

99A237B66B5E4B641C87142B32FE457B0234B5CCEDF065D56FF1693130FE0495

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/06/2025 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.***.***-04 em 27/06/2025

11:57 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital